

MANOEL BOMFIM E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

TEREZINHA ALVES DE OLIVA
SÍLVIO CARLOS BRAY

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX produziu-se no Brasil uma literatura profundamente marcada pela preocupação em falar do país. Então, obras de caráter variado e múltiplo são exemplares de um tratamento que na maioria das vezes privilegiou o espaço nacional, mesmo que a abordagem não tivesse um compromisso formal com o fazer geográfico. No bojo da literatura social portanto, aparece uma contribuição que vai constituir o cerne do pensamento geográfico brasileiro do *fin-de-siècle*. Identificá-la e estudá-la serve para ampliar o conhecimento da história da geografia no Brasil, como o mostram estudos sobre escolas européias ou americanas que tiveram influência no país (ANDRADE, 1977); os que tratam da periodização da história do pensamento geográfico brasileiro (DIAS, 1989); os que traçam programas de trabalho sobre a história da pesquisa geográfica no Brasil (MONTEIRO, 1980 e MORAES, 1988), e particularmente os que se debruçam sobre as origens do pensamento geográfico no Brasil (MACHADO, 1995).

O conceito de pensamento geográfico diz respeito à literatura produzida como resultado de reflexões sobre o espaço ocupado, presente em todo o período histórico e que corresponde ao “nível primário de apropriação intelectual dos lugares”, resultando numa geografia “espontânea, informal” (MORAES, 1988, 27). Compreende assim tudo o que corresponde às “Geografias ocultas (ou implícitas)”, “informais”, pois “fica claro que o rótulo geografia não recobre todo o campo do conhecimento científico dedicado ao esmiuçamento da temática espacial. A variedade de conteúdo desse rótulo e o formalismo de querer circunscrevê-lo em nome da continuidade e da tradição, ficam evidentes...” (ibid., 31) De acordo com este conceito, fica claro que a Geografia explícita dá conta apenas de uma parte do pensamento geográfico. Moraes coloca aí as fontes da Geografia, as concepções atuais, as concepções oriundas de outras disciplinas e indica que o rótulo poderia abranger inclusive o conhecimento popular tradicional e a cultura de massas.

Este trabalho estuda a obra do escritor brasileiro Manoel Bomfim propondo a sua inserção na história do pensamento geográfico brasileiro a partir da análise dos escritos que discutem a sociedade, a história, o território brasileiro e a América

Latina, procurando identificar a sua visão de mundo. Esta constitui um sistema de pensamento, expresso “através da linguagem, no plano conceitual ou sensível” (GOLDMANN, 1967,110), da qual filósofos e escritores são os intérpretes privilegiados. Eles expressam a influência do meio, ao qual se adaptam ou contra o qual reagem ou ainda constroem uma síntese entre as idéias do seu meio e aquelas apreendidas de fora dele. Assim, os traços de uma estrutura parcial são inseridos numa estrutura mais ampla. Por isso Goldmann insiste em que compreensão e explicação são operações de um mesmo processo de apreensão do objeto. Enquanto a compreensão consiste “na descrição, tão precisa quanto possível, de uma estrutura significativa”, a explicação é “a inserção dessa estrutura enquanto elemento constitutivo e funcional, numa estrutura imediatamente englobante que o pesquisador não explora de maneira detalhada, mas na medida em que é necessária para tornar inteligível a gênese da obra que ele estuda” (GOLDMANN, 1973,51).

Várias leituras pode sugerir a obra de Manoel Bomfim. Nos livros em que ele trata da América Latina e do Brasil já se fez menção à análise histórica, sociológica, antropológica ou política. As suas reflexões sobre o espaço nacional, as referências, implícitas e explícitas, aos autores da geografia do seu tempo, assim como a abordagem de temas que constituíram os grandes objetos de estudo da geografia que se praticava no Brasil do pré-30, são razões para a inserção do autor na história do pensamento geográfico brasileiro. É possível apreende-las nos estudos sobre nação, identidade e caráter nacional, em que ele faz uso das noções-chaves do discurso geográfico : espaço, natureza, território e sociedade (ESCOLAR, 1996). Três grandes temas sintetizam as abordagens de Bomfim, a saber : território e espaço produzido; o Brasil na América Latina; raça e meio tropical.

No contexto da sua época (1868-1932) Manoel Bomfim é um intérprete das questões vividas com o fim da Monarquia e o estabelecimento da República. Para ele o discurso sobre a nacionalidade elaborado no Império tornara-se caduco, inadequado e frágil em face do novo regime político e diante das novas modalidades da exploração capitalista. Um novo discurso passou a ser necessário. A queda da soberania régia, de fato, colocou o território como importante elemento do Estado-Nação, garantia da unidade “ tanto material quanto simbólica.” (ZUSMAN, 1996,114) O domínio do território pela República carecia de legitimidade ideológica, diante da vacuidade da soberania antes baseada no poder régio e diante das contestações de fronteira e pressões internacionais que o governo republicano teve que enfrentar. À República coube travar relações com os países da América do Sul em novas bases, principalmente depois das guerras encetadas na região platina. No conjunto essa situação colocou outros desafios para o regime e para os intérpretes do país que precisava buscar legitimação entre os vizinhos do continente, incluir os cidadãos teoricamente criados pela Abolição e encontrar o seu lugar diante do mundo. A obra de Manoel Bomfim é um exemplar da busca de adequação à nova realidade.

Tomando o período que vai de 1870 a 1920, Lúcia Lippi Oliveira agrupa as narrativas da nacionalidade em duas grandes abordagens: uma que veio do Império, centrada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na qual “a nacionalidade é pensada não como resultado dos regimes políticos mas sim como fruto das condições naturais da terra. A natureza prodigiosa e abençoada garantiria um futuro promissor para além e independente dos regimes políticos e das querelas partidárias” (OLIVEIRA, 1990,24). A outra, que se foi solidificando na República, tem o tom pessimista, resultado das concepções evolucionistas que colocaram em questão o destino do país, a partir da doutrina das diferenças raciais. Entretanto, o pessimismo com um povo cuja formação racial não correspondia às exigências das teorias vigentes, nunca atingiu as considerações sobre as riquezas naturais, a grandiosidade do espaço e do ambiente físico do país. Quando isso acontecia, era apenas para lamentar que a “natureza prodigiosa e abençoada” não abrigasse um povo capaz de aproveitá-la. Situar a interpretação de Bomfim nos limites dessa classificação torna-se complicado. Crítico ferrenho da historiografia do IHGB, ele jamais embarcou no pessimismo dos republicanos. Daí as indecisões que causa tentar enquadrá-lo. OLIVEIRA, por exemplo, em alguns momentos o define como um *nacionalista ufanista* ou como um dos autores da *literatura ornamental*; outros, mostra-o como um autor de transição (1986, 193).

A obra de Bomfim guarda relações estreitas com a literatura cientificista brasileira, ainda que o autor participasse das rodas da *belle-époque* carioca, caracterizada pela chamada literatura ornamental, voltada à celebração, descompromissada dos problemas do país. Os seus textos são sempre comprometidos e seu nacionalismo nunca assumiu as cores do ufanismo vazio. Decorre dessa característica a dificuldade das tentativas de classificá-lo e talvez, igualmente, a ausência do seu nome em estudos específicos sobre grupos de autores da sua época. Considerá-lo um autor de transição é abordagem de certa forma sugerida por Sílvio Romero, no livro escrito para contestar *A América Latina: males de origem*. Ali, agressivo em relação ao ambiente intelectual carioca e à literatura ornamental, ROMERO (1906, 361) classifica Bomfim nesse gênero, mas conclui seu texto como se estivesse chamando-o à “razão” e ao “bom caminho”:

O nosso Manoel Bomfim , de tempos a esta parte, anda se enfeitando para tomar assento na companhia. Já tem bilhete de assignatura na porta do Garnier e canta solos no Conservatório.

E váe tendo *claque*...

Não é, pois, de mais chamal-o à ordem, em quanto é tempo e não se julga invulneravel (ROMERO: 1906, 361).

Definições e classificações são sempre problemáticas e o são mais ainda quando se trata de autores que não podem ser analisados, tomando-se um “lugar” como referente. Bomfim teve uma integração precária no grupo que freqüentava, a ponto de Silvío Romero o situar como um catecúmeno, “na porta” da Garnier, a célebre livraria onde se reuniam os intelectuais dos “bons tempos”. Ausente dos quadros de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Letras, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro ou as Faculdades, ele também não participara do grupo da Escola do Recife, exilado no Rio de Janeiro. Sua referência é a Escola Normal ou o Pedagogium, com preocupações que o dirigiam para a ação, ou para trabalhos isolados ou muito específicos. Através dos seus escritos porém, comunicou-se com todas elas, seja pela crítica, seja pela sintonia das preocupações. O seu enfoque, mesmo de questões comuns nas obras de outros escritores, foi sempre marcado pela dissidência, pela denúncia, por vezes pela singularidade. Serve para entendê-lo nesta trajetória muito pessoal, a explicação que aparece no Prefácio de *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923), que pode ser aplicada a toda a sua obra:

Aqui e ali, acudiram-me exemplos, modelos e imagens de escriptores estrangeiros, exemplos que desde sempre se impozeram ao meu intellecto; isto, porém, foi excepção. Servime de tais modelos, porque estou penetrado delles, pelo effeito nitido e profundo que tiveram na minha consciencia, mas o material constante das minhas referencias foi a produção brasileira, porque, não só lhe comprehendo o pensamento, como o sinto na essencia do seu idiomatismo. Não poderia ser trahido no interpretar (BOMFIM,1923:15).

Leitor atento e estudioso de obras estrangeiras, pesquisador sedento de informações de primeira mão, Bomfim é intransigente com os que chama de “repetidores de fórmulas” e procura sempre uma elaboração própria das idéias que absorve. Sua base, entretanto, é o Evolucionismo:

Pessoalmente, na insignificancia do meu pensamento, si me eliminassem do espirito a influencia dos *evolucionistas*, seria como si lhe tivessem desfeito toda estructura de ideias. Poderia esquecer até os nomes, perder toda a memoria das obras em que os li; mas sinto que não posso comprehender o universo, a natureza, o espirito... sinão como evolução. Foi um simples incidente, sem intenção, essa confissão; mas convem que ella fique, porque explicará muita cousa, que o meu pensamento não saberá apresentar bem nitidamente (BOMFIM, 1923:22).

Por isso cita Darwin e o exalta, enquanto condena os darwinistas sociais na sua aplicação dos princípios das ciências naturais à sociedade sem uma reinterpretação deles. Denunciou as “distorções do darwinismo” e utilizou idéias de intérpretes que chamou de “verdadeiros darwinistas”, tais como Büchner ou Topinard, sem excusar-se de construir a sua concepção do mundo, também a partir de certos conceitos de darwinistas sociais, como Spencer e a sua idéia do progresso geral. Há uma copiosa citação de autores em todas as suas obras, mas nem sempre as idéias expostas vêm referidas aos nomes que as inspiraram, como no que diz respeito à teoria do parasitismo das metrópoles, cuja fonte é a obra de Massart e Vandervelde. Entre os geógrafos, Réclus, Kropotkin, Demangeon e Lapparent são citados, enquanto Lucien Febvre tem a sua *La terre et la évolution humaine* criticada no que é considerado desconhecimento e superficialidade das informações sobre países da América Latina (BOMFIM: 1923). Historiadores nacionais e estrangeiros recebem críticas pelas visões “deformadas” sobre a história dos povos latino-americanos. O historiador português Oliveira Martins é o grande referencial na sua análise da decadência das metrópoles ibéricas, enquanto a interpretação da História do Brasil está fundamentada em Frei Vicente do Salvador, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Roberto Southey.

Procurando analisar o instrumental teórico em que se apóia o médico sergipano, ORTIZ (1986:23-24) enfatiza a sua filiação a Comte, ou a uma releitura durkheimiana de Comte, na analogia entre o biológico e o social. Contudo, o traço mais ressaltado pelos estudiosos é o que SÜSSEKIND e VENTURA (1984) definem como “discurso oscilante”, ou ambigüidade, que advém, segundo VENTURA (1991), do esforço sincrético característico dos intelectuais brasileiros, do período em que Bomfim viveu e do que, para aquele autor, chegou a constituir um estilo: “os intelectuais brasileiros escolheram, dentre as diversas teorias européias, aquelas que pudessem ser sincretizadas a partir da questão nacional, relacionada à construção do Estado e à afirmação da identidade das camadas letradas e dirigentes” (VENTURA:1991,39). Já SILVA atribui a ambigüidade em Bomfim a uma contradição fundamental, resultante da sua idéia de progresso confrontada com a consciência aguda da exploração capitalista. A seu ver, “como não ser contraditório, quando se adota, como Bomfim, de um lado uma atitude favorável ao *progresso capitalista* e de outro uma posição anticolonialista?” (SILVA:1991,105). O mesmo autor lembra ainda que a contradição caracterizou o discurso veiculado por setores liberais das classes médias no Brasil; afastados do poder, sem formar fileiras com o operariado na luta para transformar a sociedade, tais setores limitam-se aos temas do reformismo burguês: “representatividade, eleição, descentralização política (federalismo)”¹

¹ O artigo de Silva analisa o conceito de progresso que aparece nos diversos textos de Manoel Bomfim desvelando a apropriação singular que ele faz do spencerismo, o seu conceito de “ordem”, assim como sua proposta de transformação da sociedade pela instrução popular. SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bomfim e a sociedade do futuro. *Educação e sociedade*, São Paulo, Cortez/CEDES, n.27, p.93-112, dez. 87.

(1987, 109). Inscreve-se, assim, a obra de Bomfim, nos quadros do liberalismo político, a partir dos quais se compreende a sua visão de mundo.

No que diz respeito ao pensamento geográfico, pode-se dizer que o tema presente em toda a sua obra é o da relação homem-meio na América Latina e, particularmente, no Brasil, num entendimento que sugere a demonstração de que o homem latino-americano realizou a adaptação ao meio e tem em si as condições para fazer progredir esta parte do mundo. Suas considerações gerais sobre a relação homem-meio dizem que a sociedade é uma organização *sui generis*, porque os seres que a constituem, ainda sendo livres, dependem do meio cósmico para se conservarem e dele depende igualmente a sua consciência. É esta dependência comum do meio físico que conduz os homens à solidariedade. Para Bomfim, a consciência humana realiza-se em correspondência com as necessidades de adaptação ao meio social, enquanto a adaptação ao meio físico é obra do homem em sociedade. É esta ação coletiva que garante ao homem a supremacia na natureza (BOMFIM, 1923:18). Suas idéias expressam a concepção organicista da Geografia Clássica e estão próximas das abordagens de Réclus sobre a relação homem-meio. Esse autor realça o contraste entre a capacidade humana de livre-arbítrio e a sua dependência das condições físicas do meio, afirmando que a liberdade do homem emana da sua capacidade de adaptação às leis naturais. Réclus vê a história como resultado da ação do planeta sobre o homem e da reação do homem sobre o planeta. Por isto, entendendo que tanto o homem quanto a sociedade são “filhos da Terra”, acredita na unidade do gênero humano, condena as teorias da superioridade racial e prevê a superação das diferenças de condição entre os seres humanos para a realização de um futuro de harmonia e união. Atribui à Educação o papel de desenvolver nos seres humanos a consciência sobre a grandiosidade da natureza, levando-os a embelezarem a Terra e fazer dela o jardim sonhado pelos poetas.

Réclus é um apologista da harmonia e da solidariedade. Afirmando que a Terra conforma o homem e as sociedades, ele vê a possibilidade de que todos os homens, irmanados entre si, mesmo racialmente diferenciados, possam constituir uma só humanidade. É clara na obra de Manoel Bomfim a presença das idéias de Réclus, resguardada a autonomia com que reelaborou o pensamento dos seus inspiradores.

Território e espaço produzido

Um traço marcante na obra de Bomfim é a visão patriótica. Já o seu primeiro livro, *A América Latina - males de origem* (1905), fora dedicado a Sergipe, evocando o “pedaço da terra americana em que nasci”. Como diria mais tarde, em *O Brasil na América* (1929), a primeira idéia da pátria vem como experiência de espaço:

Nem são outros os motivos próprios que me ressoam n' alma, como tons essenciais do sentir. É como quando evoco as substanciaes imagens da vida ambiente, essas mesmas que, dando a base da primeira representação do mundo, são bastantes para o coração e o pensamento pessoal : evoco-as, e me acodem as commovidas visões de taboleiros e cannaviaes, as longas praias rentes, a orla dos comoros e cajueiros, no fundo do coqueiral. A experiência em que se me completou a vida, esclarecendo-a, quebrou-lhe a unidade primitiva, singela, daquelles dias; recortou-a, turbando coherencias... Mas, não poderia tocar no que é primeiro sentimento pessoal, auro-ra de affectos a invadir-nos; o sentir coheso e vivaz em torno da tradição que nos recebe, echo perenne na consciencia, influxo que não morre, nem esmorece, pois que alcançou a alma toda, e já faz parte della (BOMFIM: 1929, :9).

Entretanto, como define em *O Brasil na História*, o patriotismo brota da terra e a sua paisagem é “a terra impregnada do Homem – hábitos, idéias, estímulos, lembranças” que conduzem para “o vínculo vivo entre gentes definitivamente localizadas, confiantes no chão em que se amparam” (BOMFIM, 1931,170). Não se trata pois da simples louvação à terra como palco exuberante da vida, mas à compreensão de que o que constrói a pátria é a ação antrópica, o relacionamento homem-meio. Nisto reside a dificuldade de enquadrar Bomfim simplesmente como ufanista. Para ele as idéias de nação e de nacionalismo são frutos de uma construção ideológica, são uma representação que exige o conhecimento do meio e dos efeitos do tempo e, para serem eficazes, dependem da Educação:

O simples bom senso, em dose elementar, o diz muito claramente: para dar valor a uma nação, é indispensável uma cultura-geral, inspirada nas condições da terra ao influxo das suas tradições essenciais – o preparo do homem, para o meio que lhe é dado, no sentido da vida que ele vem trazendo. Os políticos brasileiros nunca atingiram a singeleza desta verdade, e quando se ocupam do assunto é para acumular desasos mal copiados, em forma de legislações de antemão condenadas, por impróprias, ou desde cedo abandonadas, por ineficazes (BOMFIM, 1996,258).

Citando Spencer, Bomfim afirma que o sentimento nacional é, primordialmente, “o apego necessário do animal ao ambiente a que está adaptado” e “a consciência de uma tradição refletida nas paisagens que lhe fizeram conhecer a vida e a natureza, nas gentes que lhe revelaram os transportes do coração” (BOMFIM,

1929,378). Entretanto, discorda de Bagehot, que tratando do tema, em 1874, chamou o patriotismo de “sectarismo territorial”. Assim como não aceita que o Estado seja o formador da Nação, nem concede à língua, ao clima ou à raça o atributo de criadores dela, acha que é preciso mais que território para haver nação: “ha mais do que a necessidade da paisagem natal, pois que só tem valor humano quando se define em uma estrutura social” (ibid.,379).

Afirmar que é preciso mais que território não significa descartar a sua importância na formação da Nação. Mesmo os autores mais recentes têm posições contraditórias quanto a este papel. Como mostra Perla Brigida ZUSMAN, há os que consideram o território “só como quadro dentro do qual tem-se (sic) desenvolvido os processos vinculados com a formação nacional-estatal” e os que “aceitam que o processo de **formação territorial** é parte constitutiva da formação do Estado-Nação” (1996,9; ênfase no original). Para estes últimos, é preciso que as elites dirigentes reconheçam, ocupem, colonizem e defendam o território que se vai constituindo na base da nação. Assim, quando Manoel Bomfim afirma que o Brasil é a primeira nacionalidade das Américas, ele o faz pela convicção de que os brasileiros é que conquistaram, desbravaram, ocuparam, povoaram o território e o defenderam das invasões estrangeiras, desde a época colonial. Procurando singularizar a nacionalidade brasileira, ele atribui tais ações a uma elite moral, pois “desde logo surge, entre os defensores, a energia patriótica dos crioulos brasileiros, e que é o mesmo valor dos colonos, renovado em tons de mocidade” (BOMFIM: 1929,84).

Assim, o Brasil de Bomfim não é um “Portugal emigrado”. Ao contrário, distingue-se dos outros países da América, justamente por ter sido a primeira nacionalidade, o primeiro povo diferente do europeu colonizador, constituído no continente como resultado da miscigenação. É, desde o começo, o lugar de um “encontro de povos” que assumiram solidariamente a conquista, a defesa e a expansão do território, construindo ao mesmo tempo a nacionalidade: “O Brazil começou a vida civilizada na produção agrícola, humanizando as paisagens, prendendo ao sólo os que para aqui vieram” (BOMFIM:1929,275). Segundo ele, nos dois primeiros séculos da colonização, enquanto se revelavam os “requintes da sociedade bahiana e a opulencia elegante dos ruraes pernambucanos”, no Sul “o progresso se faz noutros aspectos, que não a riqueza immediata: preparam-se as gerações que devem dar ao Brazil os longos sertões, e as minas que, si não foram apuro humano, trouxeram, pelo menos, o desbravamento das terras e o seu povoamento” (ibid.,279).

Deste modo, quem *fez o Brasil* foram os brasileiros. E Bomfim defende posições que só muito mais tarde serão aventadas por outros autores. Considera o índio o iniciador, o verdadeiro povoador, o desbravador e explorador, aquele que abriu caminhos e trilhas posteriormente percorridas pelos paulistas, que “não fizeram mais, de inicio, do que penetrar pelas trilhas secularmente palmilhadas pelas hordas selvagens, a comunicarem-se, nação a nação, entre as do mesmo sangue”

(ibid.,159). A tese do índio como primeiro povoador é demonstrada através da localização de tribos e do estudo dos roteiros da sua movimentação, num trabalho minucioso e, em muitos aspectos, precursor. Isso é feito em *O Brasil na América*, provavelmente a sua obra mais geográfica, cujo foco é a questão do território e da ocupação do espaço. A individualização do Brasil no contexto sul-americano é resultado da construção de uma nacionalidade precoce, fruto da conquista, ocupação e defesa do território pelos próprios brasileiros, desde a Colônia.

A identificação de trilhas, de caminhos e rios brasileiros é um aspecto denso e amplo do estudo do desbravamento do território. Assim, na sua visão, coube aos índios, aos pernambucanos e aos paulistas ocupar o espaço brasileiro. Os pernambucanos fizeram a conquista do Norte, enquanto os paulistas teriam consolidado a unidade nacional, ligando definitivamente o Norte ao Sul pela exploração do rio São Francisco. Fundamentando-se em Frei Vicente do Salvador, Bomfim lembra que os portugueses ficaram apenas no litoral e não tiveram o papel de desbravadores dos sertões. A conquista do extremo Norte tido como região imprópria para o desenvolvimento das raças brancas, foi, segundo ele, realização de paraenses e pernambucanos: “desde os primeiros tempos, a colonização do extremo Norte do Brasil produziu uma população vigorosa, capaz de dominar a natureza exuberante, explorando todo o extenso valle, enfrentando o gentio numeroso que ali vivia, e arrancar a posse da terra a Francezes, Inglezes e Holandezes” (ibid.,263).

Enquanto os portugueses só ocupavam o litoral, de Santos a Pernambuco, o Norte, a partir do Ceará, até o século XVII, continuava freqüentado por “estranhos”. Para Bomfim coube aos brasileiros, no Norte, não só a vitória sobre os estrangeiros, como a vitória sobre as más administrações dos portugueses, que se excederam em crueldades com os índios da região. Os combates aos estrangeiros teriam traçado rotas de conquista, que Bomfim procurou identificar, além de estudar a conquista do Amazonas e a expansão dos limites do Brasil a Norte, já que “havia tomado a si o encargo de guardar a grande entrada para o coração do continente. É de notar que a Castela era relativamente fácil dominar aquelas costas, em vista das suas posições no mar dos Caraíbas e no golfo do México” (ibid.,268).

Se o Brasil do Norte foi pernambucano por conquista, o do Sul foi paulista. Para Bomfim, que quer mostrar o valor dos brasileiros através do processo de desbravamento e ocupação do espaço, os bandeirantes paulistas são maiores do que Cortez, Almagro e Balboa – os conquistadores espanhóis – e também maiores que os norte-americanos. Estes últimos, em mais de dois séculos, “não tinham subido os Alleghanies”, enquanto “antes de trinta anos, a gente de São Vicente havia galgado Paranapiacaba e Cubatão, e dominavam o planalto de Piratininga, donde saíram, depois de distender a colônia por todos os sertões, mesmo os já ocupados” (ibid.,345).

A comparação entre a conquista dos sertões e a conquista do Oeste americano mostra os brasileiros como “intrépidos no domínio de territórios”. Enquanto os norte-americanos estenderam o seu espaço, comprando terras ou aproveitando-se das fragilidades dos vizinhos, ou ainda enfrentando índios desgastados por três séculos de vizinhança, os paulistas teriam enfrentado nações em pleno vigor: “a obra dos paulistas deu resultados definitivos, e conformou, para sempre, o Centro-Sul do continente” (ibid.,350). O retrato do *far-west* nacional teria: “Índios a dominar, Castelhanos a alijar, selvas e rios a reconhecer, caminhos a abrir, pântanos a aterrar, navegação a mover...” (ibid.,363) e tudo isso foi feito pelos brasileiros.

A exploração e o reconhecimento dos rios também é destacada neste esforço de ocupação do espaço brasileiro. Enquanto os baianos e pernambucanos percorreram o rio São Francisco e o rio das Contas, os paulistas são encontrados no Tocantins, no Amazonas, no Araguaia e no rio das Mortes. Paulistas e índios descobriram no século XVIII a possibilidade de comunicação entre as bacias do rio Paraguai e do Amazonas, tornando factível a navegação Paraguai-Amazonas via Madeira-Mamoré; a ligação entre as bacias do Sararé e do Guaporé e entre este e o Amazonas estão igualmente entre as suas façanhas. Aos bandeirantes paulistas é atribuída a conquista da unidade nacional, pois que descendo o rio São Francisco chegaram à Bahia, enquanto por este mesmo rio os baianos vieram para o sertão das minas:

Até agora, esses Paulistas têm sido encontrados pelos sertões do Sudóeste, dilatando o território brasileiro; fazendo com a sua actividade valente, a linha de limites – do Iguassu ao Mamoré; ao mesmo tempo que desbravavam todo o interior, no que é hoje Minas e Goyaz. E não é tudo: ameaçada a Bahia pelos Gueréns (668), vêm os terços de Paulistas – a defender a civilização que já era brasileira, contra a fúria selvagem (ibid.:370).

Manoel Bomfim considera que mais do que a ação heróica individual dos desbravadores, o que criou a nação foi a solidariedade, o encontro de esforços de quem ocupava a terra ou estendia fronteiras, ciente de que dilatava o Brasil: “E como não são facciosos, mas animos brasileiros, que devem, unidos, fazer o Brazil, unem-se de amizade, e pelos seus esforços integralizam, ali, o dominio da patria”(ibid.,371). Desta forma, quando começou o século XVIII, estavam conhecidas todas as futuras províncias e estabelecidas as bases da distribuição política do país, que não teve a desviar o esforço explorador até então o “azar da mina”. A necessidade da exploração agrícola como atividade econômica teria estimulado a busca de novas terras, razão por que todo o desbravamento dos sertões do Norte antecedeu à expansão para o Sul. Ao contrário, a exploração mineira precoce teria

amortecido o ânimo dos colonos espanhóis, facilitando a expansão do Brasil para Oeste, além da linha de Tordesilhas:

Em verdade, si as populações coloniaes castelhanas tivessem decisão e espirito de aventura, ellas, que precederam de tanto tempo os estabelecimentos regulares dos Portuguezes, teriam limitado o dominio desses ao que foram as primeiras capitani- as exploradas – de S. Vicente a Pernambuco, no eixo da bacia do S. Francisco. Com as facilidades que as grandes aguas interiores lhes offerciam, os Hespanhóes e os seus descendentes teriam sido os donos quasi que exclusivos do interior do continente: derramando-se pelo Orinoco, Amazonas e Paraguay-Paraná, elles podiam ter cercado constrictamente o Brazil, tanto mais quanto estavam no alto-Paraná bem antes dos Paulistas. Mas faltou-lhes alguma cousa muito essencial para tal resultado. Em quanto isto, a população brasileira, aproveitando dos indigenas grande parte do que era nelles generoso e bom, dilatava-se naturalmente, irresistivelmente, sobre a terra, que, sendo destes, era daquelles que, em parte, procediam como si fossem os seus continuadores – os mamelucos *de Piratininga* (ibid.:412, grifo do autor).

Essa abordagem de Manoel Bomfim sobre a conquista, defesa e exploração do território brasileiro é certamente o aspecto menos divulgado da sua obra, sempre eclipsado pela análise da questão racial. Destacando-o, IOKOI (1998,1) chega a dizer que “o autor não estava preocupado em demonstrar o nacionalismo como algo que emergia das tradições históricas e da paulatina descoberta do sentido da brasilidade pela incorporação da diversidade dos grupos étnicos culturais aqui estabelecidos. Um dos elementos *sui generis* apresentado pelo autor é o da incorporação daqueles que lutaram pela preservação do território como se esta luta garantisse legitimidade e unidade aos diferentes grupos.” Assim, diz IOKOI (1998,3), “Bomfim modifica o conceito de nacional comum entre seus interlocutores”, “atribui valor às lutas concretas em defesa da territorialidade e considera serem agregadores os elementos constitutivos dessa ação”.

Desde *A América Latina* fica claro que Manoel Bomfim trabalha com o conceito de espaço produzido. Embora não cite Élisée Réclus nesta obra, ele dá mostras de haver incorporado conceitos explicitados pelo geógrafo francês. Estudando “a complexidade da produção do espaço geográfico”, Réclus utiliza os conceitos de meio-espaço e meio-tempo, afirmando que ambos são fundamentais no entendimento da produção do espaço. Segundo ele, só por esforço de abstração é possível isolar um dos dois conceitos como essencial: a produção do espaço

geográfico é resultado da ação complexa do meio-espaço e do meio-tempo, portanto da ação da história sobre um espaço. Da mesma forma, Bomfim entende que, ao estudar uma sociedade, é preciso considerar que “o seu estado presente é forçosamente a resultante da ação do seu passado, combinado à ação do meio. É mister estudá-la no tempo e no espaço...” (BOMFIM, 1993,52). Nem é por outra razão que o estudo dos problemas da América Latina nos primeiros anos do século XX remonta aos inícios da história da Península Ibérica. Tomando a herança colonial da América do Sul como marco fundamental da sua história, procura entender primeiro a trajetória dos povos colonizadores, uma arqueologia que lhe permite inferir razões para os *males* do continente. Da mesma forma procede em relação ao Brasil, chegando a afirmar: “Dest’arte, a geographia do Brazil, feita pela sua historia, se nos apresenta – simples, nitida, facilmente comprehensivel, quando alcançamos acompanhar o seu desenvolvimento natural” (BOMFIM, 1931,84).

Bomfim entende que a colonização produziu na América um novo espaço, o “colonial”, base do espaço latino-americano. Deduz isso ao deparar-se com a impossibilidade de encontrar nas condições do meio a resposta para as causas do atraso dos países da América Latina: “os sul americanos, neste caso, parecem constituir uma anomalia, já que têm todas as condições de progresso”. Categórico, afirma: “Como organismos vivos, as sociedades dependem, não só do meio, não só das condições de lugar, mas também das condições de tempo” (ibid,52). A produção do espaço colonial é um processo que parte da destruição provocada pela expansão ibérica, uma expansão “depredadora”, guiada pela necessidade de “devo-rar o descoberto”, na expressão adotada do historiador Oliveira Martins. O espaço da empresa colonial não é mais o mesmo que fora produzido pelas civilizações asteca ou inca, por que:

Trinta anos depois de pisarem os espanhóis o continente americano, ninguém que visitasse as paisagens do México ou do Peru seria capaz de desconfiar, sequer, que ali existiram dois impérios adiantados, fortes, populosos, encerrando mundo de tradições. Tudo desaparecera. Nem átilas, nem tamerlões, nem vândalos, nem scitas – ninguém cumprira jamais, façanha igual: eliminar duas civilizações de tal forma que até as tradições se perderam, desaparecendo as próprias cinzas... (ibid.,97).

O genocídio teria destruído junto com as populações os saberes acumulados por quem conhecia o continente, extinguindo o “que representava uma perfeita adaptação à natureza americana” (ibid.,129). Esse desconhecimento da experiência com o meio americano teria gerado, por sua vez, distorções que ele enumera entre os *males* latino-americanos, apontando para o presente a necessidade de observar, estudar e conhecer a natureza, não só para dominá-la, mas até para amá-la e alcançar o progresso.

Essa visão de uma colonização que fez tábula rasa da ocupação indígena, contraditória com a argumentação sobre a contribuição do índio, repete-se quando ele trata da organização do espaço colonial. Vice-Reinos, *encomiendas* e *repartimientos*, ou Capitânicas e Governo Geral, constituem uma estrutura que recebeu também apreciações de Manoel Bomfim, particularmente no que diz respeito ao Brasil. Em *A América Latina*, essa organização é vista com ironia, explicada apenas pela sede desenfreada de lucro, pela busca da garantia do regime de monopólio.

Mas em *O Brasil na América* (1929), a sua obra menos antilusitana, o autor destaca traços positivos herdados do caráter português nas energias vitais dos brasileiros que construíram a nação. Para ele as Capitânicas, mesmo fracassadas, garantiram o reconhecimento da terra, o início das povoações e a fixação dos homens à terra; fizeram efetivamente o início da obra da colonização e corresponderam ao plano “de um estabelecimento definitivo” (BOMFIM, 1929,76). Considera, portanto, que sendo Portugal um país de tendências unitárias, só a necessidade de garantir povoamento estável em toda a extensão do litoral do Brasil explica a adoção de um plano de organização do espaço descentralizado que resultou no estabelecimento natural dos dois núcleos essenciais à formação da nacionalidade brasileira, quais sejam Pernambuco e São Paulo. Contudo, a permanência dessa organização territorial após a Independência é tomada em *O Brasil Nação* (1931), como prova de que a Independência não passou de um grande acordo com Portugal para a continuidade do domínio dos Braganças, com o aval da Inglaterra.

A análise espacial da história do Brasil se repete quando a Abdicação é vista como uma revolução frustrada; a organização do território é mais uma vez o argumento fundamental desta tese. Para Bomfim, se a Regência conservou a “monstruosa divisão territorial histórica”, isso aconteceu pela incapacidade de inspirar sua política na realidade nacional.

Frustrados os anseios pela descentralização, um dos resultados mais evidentes na análise de *O Brasil Nação* foi a fragilidade da vida municipal. O município forte seria “válvula possível, num vastíssimo país, cuja união nacional era ameaçada por esse mesmo excesso de centralização” (ibid.,256). Manoel Bomfim entende que nem a República Federativa foi capaz de resgatar o papel do município na vida nacional, prejudicando com isso os interesses regionais, a verdade eleitoral e a educação popular. Identificando “centralização” à “monarquia bragantina”, Bomfim vê na fragilidade do poder municipal no Brasil uma marca do passado, do domínio português que a nação não pôde expurgar de todo. Descobre então razões e interesses do Estado estranhos ao povo brasileiro, para o desprestígio das instituições do localismo.

A fragilização do município não se teria dado por acaso. Se a instrução primária e quase toda a secundária, até o Império, foi responsabilidade do município, esse tipo de organização administrativa escondia o verdadeiro interesse de que

o povo permanecesse na ignorância. O Império brasileiro, apesar de ter tido intelectuais importantes, instituições como os Institutos Históricos, os Museus etnográficos e as Faculdades de Direito e Medicina, chegou ao final com apenas 2% da sua população sabendo ler e escrever. Repetindo Euclides da Cunha que aludiu à “estrutura artificial do Império”, Bomfim entendeu que esta estrutura artificial estaria expressa numa distribuição territorial arbitrária, indicadora dos futuros desequilíbrios regionais, “que resultou, como distribuição circunscricional, numa disparatada manta de retalhos, monstruosamente desproporcionados, desiguais em tudo, até no desenvolvimento histórico, absolutamente impróprios para formar federação viável” (ibid.,445).

O autor sergipano mostrou ainda como a República perdeu a chance de realizar a verdadeira mudança na organização territorial do país, já que a federação tornou-se um novo engodo. Ela não atendeu à necessidade de proporcionar condições para o exercício da vida local, ou de realizar a democracia. A centralização foi abolida para a entrega das províncias às oligarquias enfeudadas nos grandes Estados, subordinando os pequenos Estados, “subordinação mais degradante que a malsinada centralização de antanho” (ibid.,443).

Escandalizava a Manoel Bomfim que a República se tivesse mantido apegada a esta organização do território, sem atentar para a necessidade da equivalência relativa das unidades políticas federadas. Sem esta equivalência, “desde que algumas têm mais recursos e elementos de poder, acabarão subordinando as outras, absorvendo, de fato, o poder total da nação” (ibid.,446). Para ele, a propaganda republicana não chegou a encarar o problema territorial, tendo ficado a federação como proposta ideal, longe de ser um projeto concreto. Se a centralização, num país com a vastidão do Brasil, entorpeceria o progresso, a federação conseqüente seria condição de um outro futuro: “Atendido, coisa aliás muito simples, o que era realmente tradicional, o que havia de essencial e indispensável, consistia em destacar as **regiões naturais** quanto ao valor e às condições econômicas e ajustá-las à distribuição política” (ibid.,447, ênfase do autor).

Razões históricas porventura aludidas para a manutenção da organização espacial da Colônia não eram aceitas por Bomfim. Na sua opinião, exatamente nesse aspecto residiam as maiores incompatibilidades entre as capitanias-províncias e a federação. Esta deveria atender ao poder local e à vida regional, desembaraçando-a, ao tempo em que procuraria livrar o país, tanto de um governo central ultrapoderoso quanto de zelos particularistas que colocassem em risco a unidade nacional. Considerando que, ao contrário, a federação republicana criou novas dificuldades aos interesses da União, com o desequilíbrio entre os Estados, Bomfim conclui que ela “divide regiões homogêneas, engloba zonas absolutamente heterogêneas: deixa desamparados largos tratos do território nacional, sob a forma de estados que só têm extensão – e uma oligarquia para, de qualquer forma, explorá-lo” (ibid.:449).

A insistência com que é tratado o problema em *O Brasil Nação* mostra a importância da abordagem espacial na obra bomfiniana. Se este livro trata do malogro das sucessivas “revoluções” brasileiras, pode-se certamente deduzir da sua análise que uma das razões do fracasso da República, enquanto revolução, estaria na incapacidade de reconhecer o novo espaço produzido na trajetória histórica do país. Segundo Bomfim, o regime republicano manteve uma organização espacial “caduca”, atendendo apenas a razões da política, quando se tratou de consagrar a organização territorial federativa.

O Brasil na América Latina

As discussões sobre geopolítica têm acentuada presença na literatura que se produziu no Brasil. Transportes, fronteiras e divisão territorial estão entre os grandes temas da geopolítica brasileira. Nos primeiros anos do regime republicano, essas preocupações foram acentuadas pela necessidade de redefinir o perfil das relações da República com os vizinhos e em face do continente, particularmente no que diz respeito à sua inserção no novo sistema de poder, em que os Estados Unidos assumiam a hegemonia continental. Isso levou o governo a apelar para a contribuição de um monarquista convicto, o Barão do Rio Branco, mas que chegou a dirigir “a diplomacia brasileira com um grau de autonomia frente aos poderes legislativo e executivo de que não dispunham seus antecessores imediatos” (MAGNOLI, 1996,204). A obra de Bomfim fala de um momento em que vai ficando evidente a transição do poder da Europa para os Estados Unidos e procura mostrar a um tempo o papel singular do país e a sua integração no continente.

O americanismo fora um dos traços da campanha republicana, proclamado já no Manifesto de 1870, que demonstra preocupação não só com a hostilidade e as guerras “com os povos que nos rodeiam”, mas também com a imagem que os vizinhos faziam do Brasil, a de “uma democracia monarchizada” com um povo fraco. A proposta de que o país viva “em solidariedade democrática com o continente”² revela o desejo de pertencimento que na prática expressava muito mais a admiração e preocupação com os Estados Unidos, do que com os países da América Latina. É que a “americanização”, interpretada como alinhamento com os Estados Unidos e abertura à sua influência, era tida como uma questão de sintonia do Brasil com o tempo, “o fim da herança colonial, a industrialização, o progresso da democracia”

² Todas as citações do parágrafo são do “Manifesto Republicano de 1870” In PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1963, p. 60.

(BANDEIRA, 1973, 133). Assim a viam, por exemplo, autores como Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Depois de proclamada a República, as negociações concretas da política internacional provocaram algumas dissensões, mas a reação maior partiu de monarquistas. Em 1893, Eduardo Prado publicou *A Ilusão Americana*, considerando perniciosa a influência americana sobre o Brasil e mentirosa a apregoada fraternidade americana. Era o primeiro protesto contra a alienação do país (ibid.), que conseguiu simpatias até de Rui Barbosa, o mesmo que lutou para perfilar as instituições brasileiras da República pelas americanas. Mas, apesar da repercussão que ganhou a obra, ela expressava de qualquer forma a posição de um monarquista que condenava a República e defendia o mérito da influência inglesa sobre o Brasil.

Tudo isso coincidia com o grande momento do jacobinismo, que teve no nacionalismo a sua característica mais evidente. “O Brasil para os brasileiros!”, foi o lema de um nacionalismo étnico que condenou a grande naturalização, os casamentos de brasileiros com portugueses e exigiu o controle da imigração. Suely Robles de QUEIROZ (1986), estudiosa do Jacobinismo, mostrou como o nacionalismo étnico abrandava em relação aos Estados Unidos, por contraponto à Europa. O jornal *O Jacobino* desejava uma América unida e fraterna.

Nos primeiros anos da República, os intelectuais enfrentaram claramente esse debate, que se dividia entre a influência americana ou européia e ainda, como quer OLIVEIRA (1990), entre a “verdade” e a “ilusão americana”. Isto se confundia com a escolha entre obscurantismo e progresso, República e Monarquia e guardava relação com o temor pelo futuro do Brasil como país soberano. Manoel Bomfim expressa a consciência de que este era um falso dilema, já que tanto a Europa quanto os Estados Unidos representavam a “política dos fortes”. Tomando a herança colonial como traço essencial e unificador dos povos do continente sul-americano vê a todos estes como povos que foram “parasitados” pelas Metrôpoles através da exploração colonial. Numa versão que SUSSEKIND e VENTURA chamam de “teoria biológica da mais-valia”, Bomfim mostra que somente os explorados – os povos sul-americanos parasitados pela colonização – podem redimir a história através da instrução popular, proposta que constitui a base do seu projeto de revolução para o continente.

O conceito de “América Latina” criado na França no governo de Luís Napoleão Bonaparte é contestado por Manoel Bomfim. A seu ver, a “irreal unidade” assim conferida à América do Sul forjava uma identidade *latina* apenas para contestar a preeminência dos Estados Unidos; por isso ocupa-se em demonstrar a diversidade na história e na cultura dos povos da América do Sul, destacando a importância do Brasil no concerto do continente: “ocidental” e “latino”, o Brasil é principalmente “brasileiro”. Nessa perspectiva, afirma que a identidade nacional brasileira nasceu na experiência de defesa do território. Concordando com Southey, Bomfim diz que o Brasil “modelou a América” pela defesa da costa atlântica do continente contra

incursões de franceses, holandeses e ingleses. Disso teria resultado toda a geopolítica do mundo colonial, pois se a experiência da França Antártida tivesse permanecido, o Canadá não poderia ser francês e se a França Equinocial tivesse vingado, a França poderia vencer a Casa d'Áustria com uma política ostensivamente ultramarina. A especulação prossegue em torno dos holandeses nas Antilhas e dos ingleses na América do Norte, para chegar à conclusão taxativa de que foi a defesa da costa pelo Brasil o que garantiu uma América ibérica ao Sul permitindo que a América do Norte continuasse predominantemente inglesa. Ao mesmo tempo, a conquista do interior feita pelos brasileiros teria marcado a face definitiva do centro-sul da América Latina. (BOMFIM, 1931, 350). Mas este papel central conferido ao Brasil na geografia do continente não faz dele um país superior aos demais; ao contrário, Manoel Bomfim destaca a vocação americana como traço do caráter nacional e condena o Império por ter buscado a hegemonia através das guerras do Prata.

A amplitude da abordagem feita por Manoel Bomfim sobre a América Latina e o Brasil deve-se à visão de totalidade, centrada nos efeitos do desenvolvimento do capitalismo e no processo de acumulação do capital. Numa compreensão dos desafios a serem enfrentados pelos países do continente, ele fez uma análise que combinou a imaginação histórica e a imaginação geográfica, sempre afastando-se criticamente da neutralidade preconizada pela ciência do seu tempo. Na sua construção do nacionalismo e de uma imagem do continente, criou mitos, investiu contra outros ou ainda forneceu razões para mitos já correntes. São básicas no seu discurso: a idéia de uma nacionalidade preexistente, construída no território desde a ocupação indígena; a afirmativa de que o Brasil é a primeira nacionalidade das Américas, constituindo-se nas ações de desbravamento e defesa do território; a extensão do conceito de bandeirismo aos desbravadores do período colonial, pernambucanos, baianos, paraenses e paulistas, com atribuição a estes da constituição da unidade nacional; a idéia de uma vocação americana, como traço do caráter brasileiro, projetada na solidariedade continental contra a Europa e os Estados Unidos.

Raça e meio tropical

Mas o aspecto mais contundente do pensamento geográfico na obra de Manoel Bomfim está no enfoque do tema raça e meio tropical. Absorvendo as teorias sobre as raças desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, os intelectuais brasileiros em sua maioria aceitaram a tese da superioridade da raça branca e dos perigos da miscigenação com negros e índios. A partir dela os juristas das Faculdades de Direito de Recife ou de São Paulo pensaram uma solução para o país cuja

população fora pela mesma tese julgada inferior e condenada ao atraso. Os juristas de Recife liderados por Sílvio Romero, partiram do paradigma determinista, mas acreditaram numa mestiçagem modeladora e uniformizadora; os de São Paulo, professando idéias do liberalismo, explicaram desigualdades e hierarquias entre as raças; enquanto vinculados ao Estado republicano, acreditaram na missão civilizatória do Estado sobre a sociedade mestiça (SCHWARZC, 1993). Já os médicos da Faculdade de Medicina da Bahia ou da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tiveram uma atuação diversa. Na Bahia, a escola Nina Rodrigues, de acordo com os princípios do darwinismo social, entendeu o cruzamento racial como o grande mal do país e procurou explicar através dessa característica da população brasileira, a criminalidade, a loucura e a degeneração. Estudou a relação entre doenças e raças e acentuou a novidade e a singularidade da população mestiça, sugerindo a busca de soluções especiais, na perspectiva de uma ciência propriamente brasileira. Os médicos do Rio de Janeiro viam o país como um grande hospital onde deveriam atuar, através de medidas saneadoras e higienizadoras como as vacinações em massa.

A crença na possibilidade da “boa miscigenação” levou, por exemplo, Sílvio Romero a acreditar que o branqueamento seria a salvação do Brasil. O mulato, “condição de vitória do branco nos trópicos” (ROMERO, 1895,XXXVIII) é para ele o tipo nacional, a via para um padrão racial brasileiro homogêneo. Euclides da CUNHA identificou nas populações do interior “o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (1957,89), pelo seu conhecimento da terra e pela adaptação ao meio. Positivista e darwinista social, teve na tríade ciência-raça-civilização uma preocupação central. A influência do meio, para ele, molda as raças, tanto quanto a herança étnica. Por isso, a questão racial no Brasil é singular, não apenas pela mestiçagem, também porque as variações do clima moldam diferentes tipos de mestiços. De acordo com as idéias que adotou, Euclides da Cunha condenava a mestiçagem, considerando o mestiço um desequilibrado, porém vislumbrou no sertanejo uma saída para o mestiço brasileiro.

Uma outra abordagem do fenômeno do mestiçamento apareceu no livro de Manoel Bomfim, *A América Latina – males de origem*, escrito em 1903. Primeiro, ele entendeu que a questão da mestiçagem não é apenas nacional, mas continental, latino-americana; segundo, que há para o fenômeno uma explicação histórica pela qual o autor pôs em causa, de um só golpe, a imagem civilizatória da expansão européia e a fundamentação científica da teoria da superioridade da raça branca. Médico cuja formação se deu nas duas academias de Medicina entre o final da década de 80 e o início dos anos 90, pôde certamente vivenciar as preocupações baianas com o cruzamento de raças e o debate carioca sobre eugenia e saúde pública. No entanto, Bomfim não se integra a nenhuma das tendências, podendo ser visto como um crítico das posturas expressas por aqueles “homens de ciência” e

suas instituições. Outro caminho tomaram suas reflexões sobre as raças, ultrapassando a visão biologista da questão e antecipando abordagens culturalistas que só teriam curso no pós-30.

Bomfim mostrou que admitir que há raças nobres, capazes de atingir as grandes realizações da filosofia, da arte e da ciência, e raças vis, que jamais as atingirão, é princípio da “sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos”, para justificar que os povos “inferiores” sejam dominados e governados por povos “superiores”, de acordo com a lógica dos interesses imperialistas (BOMFIM, 1993). Dessa forma, como avalia SKIDMORE, “Curiosamente, Manoel Bomfim utilizava as mais recentes tendências da Antropologia na refutação do racismo ‘científico’, coisa que poucos líderes do pensamento europeu e norte-americano se tinham abalanzado a fazer” (1976,133).

A defesa da “boa miscigenação” conduziu o debate sobre a política imigratória brasileira vista como essencial para o futuro do país. Sílvio Romero e Euclides da Cunha entre outros, defenderam a necessidade da imigração branca. Manoel Bomfim, ao contrário, considerou-a um elemento perturbador e embaraçoso para a realidade nacional, pois as “miraculosas virtudes da emigração” (sic) eram apregoadas através do elogio ao trabalhador estrangeiro, em detrimento do trabalhador nacional.

O caráter nacional

Finalmente, as reflexões de Bomfim sobre a questão racial o levaram a teorizar sobre o caráter nacional brasileiro. Rejeitando a imigração branca como instrumento para a melhoria do caráter das populações latino-americanas, acreditava que os traços predominantes na “fisionomia moral e intelectual” dos latino-americanos vieram do colonizador branco, não pela superioridade racial, mas pela situação de domínio sobre os outros povos e pelo estágio cultural em que eles se encontravam. Considera índios e negros como “naturezas quase virgens”, cujos vazios a civilização se encarregaria de preencher. Todavia, se aos brancos coube a influência diretriz, aos negros e índios coube a influência renovadora, representada pela abertura para aprender, para adaptar-se. Sua influência teria sido menor apenas porque sendo ambos povos dominados “eram forçados a contrariar o seu caráter e moldar-se ao dos povos ibéricos” (BOMFIM, 1993,237). Assim o escritor sergipano concebe a população brasileira e as populações latino-americanas. A experiência histórica que criou o espaço colonial também criou uma nova população, nem negra, nem índia, nem branca, mas mestiça. *Misturas indestrinçáveis* teriam formado uma população nova, a quem não podem ser aplicadas as análises baseadas nos conceitos de raças puras. Como está dito no Prefácio de *O Brasil na América*, não há “simples

somma de elementos étnicos, estimados isoladamente: o português – A, o negro – B, o índio – C... para chegar ao tipo apenas composto A-B-C. No povo brasileiro – encontram-se essas três raças, diferentes, muito diferentes mesmo” (BOMFIM, 1929,15). Eis a razão fundamental porque as pretensões ao branqueamento são consideradas descabidas.

Mas Manoel Bomfim acreditava que a evolução social, política e moral só poderia ser atingida com o desenvolvimento de uma tradição nacional. Apenas essa tradição, expressa na consciência nacional, poderia promover o conhecimento das energias e dos valores construtores da nação responsáveis pela crença no valor pessoal dos indivíduos, imprescindível à busca do progresso. Por esse motivo escreveu *O Brasil na História*, consagrado ao estudo da deturpação das tradições nacionais, procurando recuperar o que considerava como a verdadeira tradição brasileira, fonte dos heróis e dos grandes caracteres brasileiros. A tradição nacional sufocada e deturpada teria sido preservada particularmente no Nordeste do país, manifestando-se em processos como a Insurreição Pernambucana e a revolução de 1817. Se a concepção de “porção de espaço”, “território” marca a sua idéia de nação, em Manoel Bomfim o espaço nacional é valorizado pela ação de um povo mestiço que nele imprimiu as marcas do seu caráter a partir de Pernambuco, “ninho do primeiro brasileiro” (BOMFIM, 1931,181). Além disso, não é para o futuro que Bomfim aponta, embora condene a ideologia do “Brasil agrícola” e defenda o Brasil industrial. O seu modelo aponta para o passado, para uma nação constituída no Nordeste, através da solidariedade e da luta, mais tarde degenerada pela exploração das elites e por um Estado perverso, a serviço de interesses estranhos.

Desse modo, a nação, segundo Bomfim, é um todo integrado pela miscigenação, cuja base está no Nordeste. A insistência de Manoel Bomfim na tradição histórica pernambucana sugere a valorização da região que tinha passado a um papel secundário na economia do país. Parece querer lembrar ao centro do poder republicano que a nação é, de alguma forma, devedora daquela região, agora decadente, mas que guarda a razão de ser da “nação total”. Sua ênfase na união de pernambucanos e paulistas, na conquista e no desbravamento do território é, no fundo, uma imagem simbólica da unidade nacional, que representa a busca de um lugar para a região na nova nação que a República cafeeira constituirá. O discurso integrador do país no continente valoriza também a região como porta de entrada e vanguarda do continente.

Manoel Bomfim faz parte do que Décio SAES (1975) denominou “grupos destituídos”, oriundos de famílias de proprietários rurais decadentes, no contexto da economia republicana. São eles que vão constituir as camadas médias urbanas tradicionais ou a elite intelectual, nas grandes cidades da época. A visão do mundo de Manoel Bomfim, construída nos quadros do liberalismo político, expressa também a vivência naquela elite periférica, decadente, cujo prestígio diminuía ao lado

da perda da importância relativa dos seus estados de origem na federação. Elaborou seu discurso sobre a identidade nacional partindo de elementos básicos do “pernambucanismo”, mas dando-lhes outra organização e interpretação coerente com as convicções anti-racistas, já que enfrentou a realidade da existência do trabalhador nordestino, enquanto aquela elite continuava reclamando a falta de braços e sonhando com a imigração.

Nessa representação simbólica e integradora, Manoel Bomfim não trata dos *males* regionais. Não é para eles que pretende chamar a atenção, especialmente. É do país que trata e é para o país o seu projeto, pois é no todo que se compreende o papel de cada região. O destino do projeto de Bomfim, assim como as características da sua elaboração, têm que ser entendidos pelos interesses e inquietações então marcantes no país e nas suas classes dominantes. Como lembra CLAVAL (1972), esses interesses condicionam socialmente o conhecimento. Por esta razão, a obra de Manoel Bomfim deve ser entendida como manifestação das contradições operadas no contexto da República oligárquica e dos conflitos (escondidos) da Federação, assim como deve ser lida a partir da matriz do liberalismo brasileiro. Mesmo com toda a dificuldade de classificação e enquadramento do pensamento de Bomfim em relação a grupos, instituições ou concepções da época em que viveu, ainda levando-se em consideração a ambigüidade do seu discurso, é por esse “acervo” que se pode estudá-lo, entendê-lo e procurar captar-lhe a visão de mundo.

Bibliografia

ANDRADE, M.C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 5-28, jun. 1977.

BANDEIRA, M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BEZERRA, A. A geografia no Brasil de 1500 até os nossos dias. *Boletim Geográfico*, v. 26, n.198, p.3-10, 1967.

BOMFIM, M. *Pensar e dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem*. Rio de Janeiro: Casa Electros, 1923.

_____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. *O Brasil na história: deturpação das tradições; degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

_____. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

CLAVAL, P. *La pensée géographique: introduction à son histoire*. Paris: Societé d'Édition d'Enseignement supérieur, 1972.

CUNHA, E. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 25. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.

DIAS, L.C. La pensée géographiquie au Brésil: hier et aujourd'hui. *L'espace Géographiquie*, Paris, n. 3, p. 193-203, 1989.

ESCOLAR, M. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.

GOLDMANN, L. Materialismo Dialético e História da Literatura. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v.1, n. 11/12, p. 108-125, mar. 1967.

_____. *Crítica e dogmatismo na cultura moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

IOKOI, Z.M.G. Bomfim vê o espaço singular da nação. *Jornal da Tarde*, 1998. Caderno Sábado, p.4.

MACHADO, L.O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORAES, A.C.R. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, L.L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PESSOA, R.C. (Org). *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1973. (Textos para Seminários).

QUEIROZ, S.R.R. *Os radicais da República: jacobinismo; ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROMERO, S. *Evolucionismo e positivismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1895.

_____. *A América Latina – Análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Livraria Chardron, 1906.

SAES, D. Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930). Petrópolis: Vozes, 1975.

SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, J.M.O. *Da educação à revolução: radicalismo republicano em Manoel Bomfim*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Manoel Bomfim e a sociedade do futuro. *Educação e Sociedade*, São Paulo, Cortez/CEDES, n. 27, p. 93-112, dez. 1987.

SKIDMORE, T.E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SUSSEKIND, F.; VENTURA, R. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

VENTURA, R. *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZUSMAN, P.B. *Sociedades geográficas na promoção dos saberes a respeito do território: Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-americana, Universidade de São Paulo, São Paulo.